



POLÍCIA
PENAL

Simulado Final

POLÍCIA PENAL ES

PÓS-EDITAL

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **Polícia Penal ES**, cargo de **Policial Penal**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/YKJPA8QfRVQfSrpq7>

01 - (A B C D E)	13 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	14 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	15 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	16 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/gmqJ>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra***Maquiavel sempre vivo**

Voltado para os problemas políticos específicos que viviam os pequenos principados italianos, quase todos submetidos a príncipes tirânicos, Nicolau Maquiavel (1469-1527) escreveu *O Príncipe*, obra considerada basilar da ciência política. Não espanta que esse pequeno tratado, concebido na Renascença, venha até hoje servindo de inspiração para políticos de todas as inclinações e ideologias. Injustamente reconhecido como um texto de caráter maligno e cínico – qualidades que perduram no emprego do adjetivo **maquiavélico** – *O Príncipe* é, na verdade, um conjunto de argutas análises do exercício concreto do poder. Tem, também, um caráter prescritivo: dedicado ao jovem príncipe Lorenzo de Medici, reúne inúmeros aconselhamentos pragmáticos, apresentados como lições de sabedoria política.

Uma das contribuições desse tratado foi o deslocamento do conceito de virtude, que Maquiavel passa a compreender não mais em seu sentido moral, mas como discernimento político, qualidade indispensável para um bom governante. Vale dizer: o pensador italiano evitou confundir Religião e Estado; separou essas duas instâncias e dedicou-se a uma análise inteiramente objetiva dos mecanismos práticos que tanto permitem chegar ao poder como mantê-lo.

O leitor de Maquiavel acaba encontrando nesse texto admirável uma série de análises e revelações que permitem desmascarar os habituais embustes das ideologias mais abstratas, dessas que se apegam a supostos princípios de validade universal para melhor encobrir práticas de óbvia conveniência. Ou seja: ali está um dos “príncipes”, essa obra que tem sido valiosa para todo aquele que queira se inteirar da lógica que comanda as ações de quem deseja alcançar o poder e nele se manter.

(Dorival Santino)

1. Em relação à perspectiva adotada pelo autor sobre a obra *O Príncipe*, assinale a alternativa que apresenta uma inferência correta e necessária para a coerência do texto:

- a) Ao afirmar que *O Príncipe* é um texto injustamente reconhecido como maligno e cínico, o autor pressupõe que Maquiavel pretendia, desde sua concepção, defender princípios éticos universais e compatíveis com a moral religiosa do período renascentista.
- b) A explicação de que Maquiavel separou Religião e Estado permite inferir que o autor considera essa separação não apenas descritiva, mas também normativa, já que a própria análise de Santino sugere que o pensador italiano teria antecipado valores modernos de laicidade política.
- c) A menção ao “deslocamento do conceito de virtude” permite concluir que a crítica do autor aos leitores superficiais de Maquiavel reside no fato de interpretarem “virtude” exclusivamente a partir de sua tradição moral-cristã, o que distorce a intenção metodológica do florentino.
- d) Ao classificar *O Príncipe* como obra que desmascara “embustes das ideologias mais abstratas”, o autor sustenta implicitamente que o texto maquiaveliano rejeita qualquer forma teórica de compreensão do poder, privilegiando apenas descrições empíricas e contingentes da vida política.
- e) Ao afirmar que o tratado permanece valioso para quem deseja compreender a lógica do poder, o autor sugere, de forma indireta, que a atualidade do pensamento maquiaveliano decorre de uma coincidência histórica entre as condições políticas renascentistas e os dilemas éticos da política contemporânea.

2. Não espanta que esse pequeno tratado, concebido na Renascença, venha até hoje servindo de inspiração para políticos de todas as inclinações e ideologias.

No trecho acima, o termo 'que' introduz uma oração que exerce função sintática de:

- a) objeto direto
- b) sujeito
- c) objeto indireto
- d) predicativo
- e) adjunto adnominal

3. Vale dizer: o pensador italiano evitou confundir Religião e Estado.

O termo destacado acima é um:

- a) verbo
- b) adjetivo
- c) substantivo
- d) pronome
- e) conectivo

4. dedicou-se a uma análise inteiramente objetiva dos mecanismos práticos que tanto permitem chegar ao poder como mantê-lo.

No trecho acima, para ocorrer o acento grave indicativo de crase, seria necessário substituir o termo destacado acima por:

- a) essa
- b) mesma
- c) cada
- d) toda
- e) alguma

5. ... de inspiração para políticos de todas as inclinações e ideologias. Injustamente reconhecido como um texto de caráter maligno e cínico.

Os termos acima destacados foram, respectivamente, formados por:

- a) prefixação - prefixação e sufixação
- b) parassíntese – prefixação e sufixação
- c) prefixação - aglutinação
- d) sufixação – prefixação e sufixação
- e) sufixação – parassíntese

6. No trecho:

“Uma das contribuições desse tratado foi o deslocamento do conceito de virtude, que Maquiavel passa a compreender não mais em seu sentido moral, mas como discernimento político...”,

o pronome “que” estabelece uma relação de coesão ao retomar:

- a) *virtude*, funcionando como núcleo retomado pela oração explicativa que indica mudança de sentido ao longo da obra.
- b) *conceito*, especificando a natureza teórica da evolução interpretativa realizada por Maquiavel.
- c) *deslocamento*, esclarecendo o movimento histórico ocorrido no Renascimento sobre a noção de virtude.
- d) *contribuição*, introduzindo o conteúdo explicativo que detalha a principal tese do tratado.
- e) *tratado*, apresentando a ação central desenvolvida por Maquiavel ao longo de sua obra.

7. O leitor de Maquiavel acaba encontrando nesse texto admirável uma série de análises e revelações que permitem desmascarar os habituais embustes das ideologias mais abstratas...

Conjugando o verbo destacado no pretérito mais que perfeito do indicativo, tem-se

- a) acabou
- b) acabaria
- c) acabava
- d) acabara
- e) acabará

8. O leitor de Maquiavel acaba encontrando nesse texto admirável uma série de análises e revelações que permitem desmascarar os habituais embustes das ideologias mais abstratas, dessas que se apegam a supostos princípios de validade universal para melhor encobrir práticas de óbvia conveniência.

O texto acima apresenta linguagem:

- a) conotativa
- b) referencial
- c) emotiva
- d) poética
- e) metalinguística

9. Sobre os sinais pontuação, assinale a alternativa que apresenta incorreção gramatical.

- a) Ao explorar as estratégias políticas descritas por Maquiavel, o leitor percebe como certas práticas de poder permanecem surpreendentemente atuais.
- b) As reflexões presentes em O Príncipe revelam os mecanismos concretos que sustentam a ascensão e a manutenção do poder nas sociedades humanas.
- c) A leitura atenta do tratado mostra que Maquiavel buscava desnudar as ilusões morais que encobrem as verdadeiras dinâmicas políticas.
- d) O autor florentino descreve com precisão como decisões pragmáticas, e não princípios abstratos, moldam a estrutura real do governo.
- e) Ao desvendar as contradições das ideologias idealizadas Maquiavel oferece ao leitor instrumentos para compreender a lógica prática que orienta a ação dos governantes.

10. O *Príncipe* é, na verdade, um conjunto de argutas análises do exercício concreto do poder.

Sintaticamente, é correto afirmar que:

- a) O predicado pode ser classificado como verbal.
- b) O termo 'análises' é adjunto adnominal de 'argutas'.
- c) A expressão 'do poder' exerce a função de complemento nominal.
- d) O termo 'do exercício' é adjunto adnominal de 'análises'.
- e) O sujeito é composto.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

11. Uma empresa de tecnologia decidiu renovar seus equipamentos e cotou a compra de um notebook de alto desempenho por R\$ 8.400,00 e de um monitor profissional por R\$ 5.000,00. Após negociar com o fornecedor, a empresa obteve um desconto de 5% no valor do notebook e pagou, pelo pacote com os dois itens, o total de R\$ 12.580,00. Nessas condições, o desconto obtido sobre o preço original do monitor foi de

- a) 6%.
- b) 7%.
- c) 8%.
- d) 9%.
- e) 10%.

12. Uma fábrica de brinquedos produziu um lote de 600 peças, divididas apenas entre bonecas e carrinhos. O controle de qualidade estabeleceu que, na linha de montagem, para cada quatro bonecas fabricadas, há um carrinho. Sabe-se que, entre os carrinhos, 80 estão prontos para venda imediata. Já em relação às bonecas, a cada quatro unidades, uma apresenta defeito e precisa de reparo.

Considerando que os carrinhos que não estão prontos para venda também precisam de reparo, o número total de brinquedos nesse lote que precisam de reparo é:

- a) 80.
- b) 160.
- c) 220.
- d) 360.
- e) 440.

13. Uma transportadora utiliza um aditivo especial no combustível de sua frota para reduzir a emissão de poluentes. A recomendação técnica do fabricante é que sejam diluídos exatamente 0,7 miligramas (mg) desse aditivo para cada litro de diesel.

Em um tanque de abastecimento contendo 3.200 litros de diesel, o responsável pela manutenção adicionou 2.100 mg do aditivo. Para que o combustível desse tanque atinja a concentração correta estipulada pelo fabricante, é necessário

- a) adicionar mais 140 mg de aditivo.
- b) adicionar mais 340 mg de aditivo.
- c) adicionar mais 300 litros de diesel.
- d) retirar 400 litros de diesel do tanque.
- e) adicionar mais 800 litros de diesel.

14. Um artesão utiliza caixas de madeira para enviar esferas de cristal decorativas aos seus clientes. As caixas possuem formato de paralelepípedo retângulo com dimensões internas de 50 cm de comprimento, 50 cm de largura e 10 cm de altura. As esferas de cristal têm diâmetro de 10 cm. Considerando que as caixas devem ser tampadas perfeitamente, a quantidade máxima de esferas que pode ser acomodada em uma caixa desse tipo é igual a

- a) 12.
- b) 16.
- c) 20.
- d) 25.
- e) 32.

15. Uma estante de biblioteca contém 7 livros recém-adquiridos, sendo 4 romances e 3 biografias. Um estudante deseja pegar emprestados dois desses livros para ler, mas estabeleceu uma regra pessoal: a dupla de livros escolhida não pode ser composta exclusivamente por biografias.

O número de maneiras diferentes pelas quais o estudante pode fazer essa escolha é:

- a) 9.
- b) 12.
- c) 15.
- d) 16.
- e) 18.

16. Das frases a seguir, aquela que não se enquadra na definição lógica de proposição é:

- a) O computador é uma máquina eletrônica.
- b) O Brasil é o maior país da América do Sul.
- c) A Terra gira em torno do Sol.
- d) Ela é a melhor funcionária da empresa.
- e) A baleia é um mamífero aquático.

17. Uma tela de projeção possui formato retangular e seu perímetro é representado por P . Sabe-se que a razão entre a medida da base (b) e a medida da altura (h) dessa tela, nessa ordem, é igual a $\frac{3}{2}$. Diante dessas informações, é correto afirmar que

- a) $P = 2b$
- b) $P = 5h$
- c) $P = 3b$
- d) $P = 7h$
- e) $P = 5b$

18. Um software de criptografia gera chaves numéricas em uma sequência lógica específica. As quatro primeiras chaves geradas pelo sistema foram: 4, 11, 32, 95. Seguindo o padrão estabelecido por esse algoritmo, a diferença exata entre a 6ª e a 4ª chave gerada é

- a) 280.
- b) 637.
- c) 756.
- d) 189.
- e) 567.

19. A negação lógica da proposição “Todo relatório financeiro é confidencial” é:

- a) “Pelo menos um relatório financeiro é confidencial”.
- b) “Nenhum relatório financeiro é confidencial”.
- c) “Algum relatório financeiro não é confidencial”.
- d) “Existem relatórios financeiros confidenciais”.
- e) “Apenas um relatório financeiro é confidencial”.

20. Uma equipe de projetos é formada por 7 profissionais, sendo 5 engenheiros e 2 arquitetos. O diretor da empresa decide sortear, ao acaso, dois desses profissionais para realizarem uma visita técnica no exterior. A probabilidade de que, nesse

sorteio, apenas um dos profissionais escolhidos seja arquiteto é de

- a) $\frac{2}{7}$
- b) $\frac{2}{49}$
- c) $\frac{10}{49}$
- d) $\frac{5}{21}$
- e) $\frac{10}{21}$

INFORMÁTICA

Renato Da Costa

21. A formatação condicional, no Microsoft Excel, tem como principal finalidade:

- a) Alterar o valor da célula conforme regras definidas.
- b) Aplicar estilos visuais automaticamente com base em condições, sem alterar os dados.
- c) Impedir a digitação de valores incorretos na célula.
- d) Modificar apenas células que contêm fórmulas.
- e) Ser aplicada somente em intervalos contínuos.

22. No Microsoft Excel, existe um recurso capaz de resumir, reorganizar e analisar grandes volumes de dados, permitindo ao usuário criar diferentes visões a partir da mesma base, apenas arrastando campos para áreas como Linhas, Colunas, Valores e Filtros. Esse recurso possibilita cálculos automáticos como soma, média, contagem e permite rápida alteração da perspectiva dos dados sem alterar a base original.

Com base nessa definição, o recurso descrito é:

- a) Gráfico Dinâmico.
- b) Classificação Personalizada.
- c) Validação de Dados.
- d) Filtro Avançado.
- e) Tabela Dinâmica.

23. No Microsoft Word, arquivos de modelo de documento são utilizados para criar novos arquivos com formatação, estilos e estrutura previamente definidos. Esses modelos possuem uma extensão própria, diferente dos documentos comuns (.docx).

Qual é a extensão utilizada pelo Word para arquivos de modelo?

- a) .dot
- b) .docm
- c) .dotx
- d) .docx
- e) .rtf

24. Uma URL (Uniform Resource Locator) é utilizada para identificar e localizar recursos na Web, seguindo uma estrutura que normalmente inclui protocolo, nome do servidor e caminho do recurso. Considerando esse conceito, assinale a alternativa que representa corretamente a função de uma URL.

- a) Identificar exclusivamente o endereço físico do computador que acessa a internet.
- b) Determinar apenas o protocolo de rede utilizado, sem indicar a localização do recurso.
- c) Definir um identificador universal para localizar recursos na Web, incluindo protocolo e endereço do recurso.
- d) Exibir a rota interna percorrida pelos pacotes dentro da rede do provedor.
- e) Substituir o DNS, realizando tradução direta de nomes para endereços IP.

25. Antivírus são softwares utilizados para detectar, bloquear e remover códigos maliciosos em computadores e redes. Dentre as opções abaixo, assinale aquela que apresenta um exemplo de software antivírus amplamente utilizado no mercado.

- a) WinRAR
- b) Mozilla Firefox
- c) Avast
- d) FileZilla
- e) AutoCAD

ATUALIDADES

Rodolfo Gracioli

26. Pesquisas genéticas recentes divulgadas pela Science têm investigado a formação do povo brasileiro, analisando contribuições de diferentes grupos populacionais ao longo da história. Sobre a pesquisa, assinale a **alternativa incorreta**:

- a) Foram identificados vestígios de povos indígenas considerados exterminados na colonização, mas que permanecem vivos no DNA brasileiro.
- b) Detectaram-se combinações únicas de genomas africanos que só ocorreram no Brasil, não sendo registradas no continente africano.
- c) A pesquisa mostrou que o cromossomo paterno tende a ter origem europeia, enquanto as linhas maternas são majoritariamente africanas ou indígenas.
- d) O estudo concluiu que a diversidade genética brasileira é uma das mais restritas do mundo, em razão de poucas contribuições externas.
- e) O levantamento contribui para avanços em medicina personalizada e para melhor compreensão da história populacional do país.

27. “No último dia 23 de julho, a CIJ (Corte Internacional de Justiça) emitiu uma opinião consultiva histórica sobre as obrigações internacionais dos estados no contexto da temática em questão. Solicitada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução 77/276), a opinião esclareceu a extensão das responsabilidades jurídicas internacionais dos Estados com relação ao tema. Apesar de vários juízes terem emitido suas opiniões ou declarações em separado, a opinião consultiva em questão é um dos pouquíssimos exemplos em que todos os juízes da CIJ concordaram de forma unânime sobre as questões de direito internacional submetidas à Corte”. Adaptado. (Conjur, acesso em julho de 2025).

O tema em questão envolve:

- a) Combate à desinformação
- b) Erradicação da insegurança alimentar
- c) O fim do conflito na Faixa de Gaza
- d) Cessar-fogo na guerra da Ucrânia
- e) Combate às mudanças climáticas

28. A crise climática é causada pelas variações de temperatura e precipitação que ocorrem no planeta. O principal responsável por esse fenômeno é o aquecimento global, que acontece devido à ação humana, agravadora do efeito estufa da atmosfera. A partir do debate sobre a questão ambiental na contemporaneidade, faça a devida correspondência dos itens.

I - Conferência das Partes (COP)

II – Justiça Climática

III – Greenwashing

IV – Ecocídio

V – Antropoceno

() é o termo usado pelos movimentos socioambientais, que são liderados por jovens, pelos quatro cantos do mundo, para falar que a crise climática vai além do aquecimento global e da alteração do clima, que não é algo apenas físico e da natureza. É como ficou conhecido o movimento

global que busca uma divisão mais justa dos investimentos e das responsabilidades no combate à emergência climática.

- () trata-se de uma falsa promoção de discursos, anúncios e campanhas com características ecologicamente ou ambientalmente responsáveis ou inclusivas, mas que, na prática, não são realizadas. A intenção de quem pratica é criar uma falsa aparência de sustentabilidade, enganando o consumidor, fazendo com que ele pense que está contribuindo para a causa ambiental ou social ao comprar determinado produto ou serviço.
- () Trata-se de uma nova época geológica moldada pela humanidade e que está em andamento. O conceito se refere ao protagonismo da ação humana nas mudanças ambientais terrestres. A nova era, daria fim ao holoceno, que marca o último período da era glacial, 11 mil anos atrás.
- () é uma reunião anual organizada pela ONU para debater medidas de combate às mudanças climáticas. Trata-se do órgão supremo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). Nas reuniões, os países signatários da UNFCCC analisam e discutem: a implementação de instrumentos jurídicos; a redução de emissões de gases do efeito estufa; a ação climática; a proteção da biodiversidade; o apoio a países emergentes e subdesenvolvidos, dentre outros aspectos.
- () é definido como "qualquer ato ilegal ou arbitrário perpetrado com o conhecimento de que há uma probabilidade substancial de causar danos graves, extensos ou duradouros ao meio ambiente".

A alternativa que apresenta a definição correta dos itens, respectivamente, é:

- a) IV; I; III; II e V.
- b) II; I; V; IV e III.
- c) V; I; II; III e IV.
- d) I; III; IV; V e II
- e) II; III; V; I e IV

29. “A exportação do produto do Espírito Santo bateu recorde em 2024, movimentando uma receita de quase R\$ 10 bilhões para a economia capixaba. A valorização do produto no mercado internacional e as dificuldades enfrentadas por concorrentes diretos (outros países produtores) impulsionaram a demanda pelo produto produzido no estado”. Adaptado. (Fonte: G1, fevereiro de 2025).

O produto em questão é:

- a) Soja
- b) Algodão
- c) Milho
- d) Café
- e) Trigo

30. “O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou na tarde desta quinta-feira (28) as Estimativas da População 2025, mostrando que o Brasil alcançou 213,4 milhões de habitantes, um aumento de 0,39% em relação ao ano anterior. No Espírito Santo, o contingente populacional estimado é de 4,127 milhões, crescimento de 0,60% sobre 2024, colocando o estado como o 15º mais populoso do país”. (Fonte: Folha Vitória, agosto de 2025).

Entre os municípios capixabas a cidade mais populosa, com cerca de 579 mil habitantes, é:

- a) Vila Velha
- b) Cariacica
- c) Vitória
- d) Serra
- e) Água Branca

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Antônio Daud

31. Considerando o disposto no Código de Ética, Conduta e Integridade da Polícia Penal do Estado do Espírito Santo (Instrução Normativa 004), assina a alternativa que NÃO configura conflito de interesse:

- a) exercer atividade que implique a prestação de serviços a pessoa física ou jurídica que tenha interesse em opiniões, manifestações ou decisões em trabalhos realizados.
- b) praticar ato em benefício de pessoa jurídica de que participe o agente público ou parentes de quarto grau.
- c) atuar formalmente como procurador de interesses privados nos órgãos públicos estaduais.
- d) divulgar ou fazer uso de informação privilegiada em proveito próprio ou de terceiro, obtida por meio do exercício de função pública.
- e) atuar informalmente como intermediário de interesses privados nos órgãos públicos estaduais.

32. Mariana, servidora pública ocupante de cargo efetivo na prefeitura do município Alfa, foi designada para fiscalizar a execução de um contrato administrativo de grande vulto. Durante suas atividades, por excesso de trabalho e falta de atenção, Mariana deixou de conferir a metragem de uma obra, o que resultou em um pagamento a maior para a empresa contratada, gerando prejuízo ao erário. Não houve qualquer indício de que Mariana tenha agido com intenção de lesar a administração ou de obter vantagem para si ou para outrem. Diante da situação hipotética, e nos termos da Lei nº 8.429/1992, a conduta de Mariana:

- a) configura ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, mesmo que culposa, sujeitando-a às sanções correspondentes.
- b) configura ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública, pois violou o dever de eficiência.
- c) não configura ato de improbidade administrativa, pois a lei exige a comprovação de dolo para a tipificação de qualquer ato ímprobo.
- d) configura ato de improbidade de enriquecimento ilícito, na modalidade culposa, pois permitiu o enriquecimento da empresa contratada.
- e) não é passível de sanção por improbidade, mas pode ensejar um acordo de não persecução cível, desde que o prejuízo seja integralmente ressarcido.

33. Após regular processo judicial, um ex-deputado federal foi condenado por ato de improbidade administrativa que importou em enriquecimento ilícito. A sentença transitou em julgado e, entre as penalidades aplicadas, estava a suspensão dos direitos políticos. De acordo com o que dispõe a Lei nº 8.429/1992 sobre as sanções:

- a) a suspensão dos direitos políticos pode ser de até 12 anos.
- b) a perda da função pública, a qual somente poderá atingir o cargo que o agente ocupava na época dos fatos.
- c) a suspensão dos direitos políticos, em caso de enriquecimento ilícito, pode ser de até 14 anos.
- d) o valor da multa civil pode ser equivalente a até 24 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.
- e) o valor da multa civil pode ser equivalente ao dano causado ao erário.

34. Acerca dos Princípios da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) O controle da Administração sobre os próprios atos é reflexo do princípio da autotutela, a partir do qual a Administração Pública poderá revogar atos ilegais.
- b) A exigência de publicação de todos os atos administrativos se coaduna com a transparência da administração pública. Dessa forma, o princípio da publicidade deve ser garantido de forma irrestrita com vistas a eficiência administrativa.
- c) A impessoalidade, a publicidade e a motivação são princípios explícitos do direito administrativo.
- d) O princípio da legalidade prevê que toda atuação do poder público deve estar prevista necessariamente em lei formal, aprovada pelo Poder Legislativo.
- e) Tanto a atuação pública que causa prejuízo indevido a um terceiro quanto aquela que beneficia indevidamente um administrado são atitudes conflitantes com o princípio da impessoalidade.

35. Considerando as regras estabelecidas no Código de Ética dos Servidores Cíveis do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo (Decreto 1.595-R, de 06 de dezembro de 2005), assinale a alternativa que NÃO menciona vedação aplicável ao servidor público:

- a) pleitear qualquer tipo de ajuda financeira, para si ou para outrem, para influenciar ou deixar de fazer algo no exercício de seu cargo.
- b) referir-se, de modo depreciativo ou desrespeitoso, a autoridades públicas ou a atos do poder público, não se admitindo a crítica em trabalho assinado.
- c) atuar como procurador ou intermediário junto a órgãos públicos estaduais, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais e percepção de remuneração ou proventos de cônjuge, companheiro e parentes até terceiro grau civil.
- d) praticar o comércio de bens ou serviços no local de trabalho, ainda que fora do horário normal do expediente.
- e) participar na qualidade de proprietário, sócio ou administrador, de empresa fornecedora de bens e serviços, executora de obras ou que realize qualquer modalidade de contrato, de ajuste ou compromisso com o Estado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITOS HUMANOS

Lilian Novakoski

36. Sobre a Declaração Universal de Direitos Humanos, está expressamente previsto:

- I- Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.
- II- Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Todo o homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.
- III- Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.
- IV- Nenhuma pessoa deve ser admitida num estabelecimento prisional sem uma ordem de detenção válida.

Estão corretas:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II e IV.
- d) I, II e IV.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

37. As Regras de Mandela estabelecem parâmetros mínimos internacionais para o tratamento de pessoas privadas de liberdade. Considerando essas diretrizes, assinale a alternativa correta:

- a) As Regras de Mandela possuem caráter vinculante e obrigam os Estados a adotarem integralmente todas as suas disposições, sob pena de sanções internacionais automáticas.
- b) As Regras de Mandela proíbem expressamente qualquer forma de isolamento, inclusive o isolamento disciplinar, por configurarem violação absoluta à dignidade humana.
- c) As Regras de Mandela estabelecem que a saúde dos presos deve ser garantida por um sistema equivalente ao disponível na comunidade, sendo proibida a delegação do serviço médico a profissionais externos ao sistema penitenciário.
- d) As Regras de Mandela reforçam a proibição de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, determinando que o isolamento prolongado (mais de 15 dias) não pode ser utilizado como sanção disciplinar.
- e) As Regras de Mandela autorizam o uso de algemas e instrumentos de contenção como prática de rotina para manter a disciplina e prevenir conflitos.

38. Qual é um dos princípios básicos das Regras de Nelson Mandela para o tratamento de reclusos?

- a) Isolamento total como forma de punição para crimes de maior gravidade.
- b) Limitações ao acesso à assistência legal.
- c) Todos os reclusos devem ser tratados com o respeito inerente ao valor e dignidade do ser humano, salvo torturadores e genocidas.
- d) Os objetivos de uma pena de prisão ou de qualquer outra medida restritiva da liberdade são, prioritariamente, proteger a sociedade contra a criminalidade e reduzir a reincidência.
- e) Nenhuma pessoa deve ser admitida num estabelecimento prisional sem uma ordem de detenção válida, exceto na prisão em flagrante.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

39. Legislar sobre direito penal e direito processual penal é competência:

- a) exclusiva dos estados.
- b) privativa dos municípios.
- c) privativa da União.
- d) concorrente entre a União e os Estados.
- e) comum de todos os entes federativos.

40. De acordo com a Constituição, as terras indígenas:

- a) pertencem à União, que pode livremente sobre elas dispor.
- b) pertencem à União, mas deve ser respeitada a posse permanente das comunidades indígenas.
- c) pertencem às comunidades indígenas.
- d) pertencem aos Estados, mas deve ser respeitada a posse permanente das comunidades indígenas.
- e) são bens particulares.

41. Considera-se órgão de segurança pública, exceto:

- a) polícia federal.
- b) polícia ferroviária federal.
- c) polícia civil.
- d) corpo de bombeiros militar.
- e) departamento de trânsito.

42. São direitos dos presos, exceto:

- a) o respeito à integridade física e moral.
- b) ser informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
- c) identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- d) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- e) o preso tem direito a visitas íntimas periódicas, em horário por ele determinado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

43. O abuso de poder está relacionado a uma conduta do agente público contaminada por ilegalidades, que podem se manifestar de diferentes formas.

Dessa forma, relacione as formas de abuso de poder.

- 1. Excesso de poder
- 2. Desvio de poder
- 3. Omissão

- () O agente deixa de cumprir suas funções e responsabilidades sem apresentar justificativa.
- () O agente público atua sem competência, seja por sua total ausência, seja por extrapolar os limites da competência que lhe foi legalmente atribuída.
- () O agente público atua dentro dos limites da sua competência, mas o ato não atende o interesse público, ferindo os objetivos pretendidos pela norma legal.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- a) 2 – 3 – 1.
- b) 1 – 3 – 2.
- c) 3 – 2 – 1.

d) 2 – 1 – 3.

e) 3 – 1 – 2.

44. À luz do disposto na Lei nº 8.429/1992, os sócios, cotistas, diretores e demais colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não são automaticamente responsabilizados pelos atos de improbidade administrativa imputados à entidade, salvo quando preenchidos requisitos específicos que ensejem sua responsabilização pessoal. Assim, é correto afirmar que somente responderão quando:

- a) ficar demonstrado que houve efetiva participação e auferimento de benefícios diretos, hipótese em que serão responsabilizados nos limites de sua atuação.
- b) comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão integralmente pelos danos ocorridos, independente de sua participação.
- c) o ato ímprobo tiver sido praticado por subordinado sob sua esfera de direção, caso em que responderão proporcionalmente à extensão de sua participação.
- d) o ato ímprobo tiver sido praticado por subordinado sob sua supervisão, hipótese em que serão responsabilizados integralmente pelos danos causados, ainda que não tenham contribuído diretamente.
- e) o ato de improbidade guardar relação com suas atribuições funcionais e não houver sido prevenido em razão de sua negligência, situação na qual responderão integralmente pelos danos ocasionados, independentemente de participação direta.

45. Em consonância com as disposições legais pertinentes, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo impôs uma penalidade pecuniária ao gestor Joaquim, em razão de sua conduta de omissão ao reter informações que haviam sido formalmente requisitados pela Corte de Contas, com o intuito de instruir um processo administrativo específico. À luz da teoria do Direito Administrativo, a imposição dessa penalidade decorre de um dos atributos intrínsecos ao ato administrativo, configurando um meio indireto de coação exercido pelo Tribunal de Contas sobre o referido gestor. Esse atributo é conhecido como:

- a) autoexecutoriedade, mas a cobrança de tal multa não pode ser feita com base no atributo da imperatividade;
- b) coercibilidade, e a cobrança de tal multa pode ser feita com base no atributo da exigibilidade;
- c) autoexecutoriedade, e a cobrança de tal multa pode ser feita com base no atributo da imperatividade;
- d) exigibilidade, mas a cobrança de tal multa não pode ser feita com base no atributo da autoexecutoriedade;
- e) presunção de legitimidade, e a cobrança de tal multa pode ser feita com base no atributo da coercibilidade.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

46. Em relação à aplicação da lei penal brasileira no tempo e no espaço, assinale a alternativa **CORRETA** de acordo com o Código Penal e o entendimento dominante na doutrina e jurisprudência:

- a) Adota-se, como regra, a teoria do resultado para determinar o tempo do crime, ou seja, considera-se praticado o delito no momento em que se produz o evento naturalístico.
- b) O princípio da territorialidade absoluta impede a aplicação da lei brasileira a crimes cometidos fora

do território nacional, ainda que envolvam interesses da República Federativa do Brasil.

- c) A lei penal mais grave pode retroagir para alcançar fatos praticados antes de sua entrada em vigor, desde que para evitar a impunidade de crimes hediondos.
- d) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, aplicando-se a lei vigente à época do fato, ressalvada a ultratividade ou retroatividade da lei mais benéfica ao agente.
- e) Para os crimes permanentes ou continuados, aplica-se a lei vigente à época do início da conduta, sendo irrelevante a superveniência de lei mais grave durante a execução.

47. No que tange ao instituto do concurso de pessoas (concurso de agentes) no Direito Penal brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA** de acordo com a teoria monista (ou unitária) adotada pelo Código Penal e a jurisprudência dominante:

- a) Na autoria colateral, onde dois agentes, sem prévio ajuste, praticam condutas que resultam em um único resultado, ambos respondem pelo crime consumado, em razão da fungibilidade das condutas.
- b) Aquele que, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade, sendo possível a diminuição da pena para o partícipe cuja contribuição for de menor importância.
- c) As condições ou circunstâncias de caráter pessoal, como a reincidência ou a qualidade de funcionário público, jamais se comunicam aos demais concorrentes, mesmo que elementares do crime.
- d) O liame subjetivo, requisito indispensável para a configuração do concurso de pessoas, exige o ajuste prévio e formal entre os envolvidos, sendo insuficiente a mera adesão tácita ou a ciência mútua da colaboração.
- e) Nos crimes de mão própria (ex: peculato mediante apropriação), não é admitida a coautoria, apenas a participação, pois a execução do núcleo do tipo exige a prática pessoal e direta do agente.

48. Em relação aos crimes de furto (Art. 155 do CP) e apropriação indébita (Art. 168 do CP), assinale a alternativa **CORRETA** que os diferencia fundamentalmente de acordo com a doutrina e jurisprudência majoritárias:

- a) No crime de furto, o agente possui a posse ou detenção lícita do bem alheio, enquanto na apropriação indébita, a subtração ocorre de forma clandestina, sem o consentimento da vítima.
- b) O furto exige o emprego de grave ameaça ou violência à pessoa para a subtração do bem, elementos que são totalmente ausentes no crime de apropriação indébita.
- c) A apropriação indébita se consuma com a mera inversão da posse do bem, ainda que o agente não tenha a intenção de tê-la para si de forma definitiva (dolo de assenhoreamento), diferentemente do furto.
- d) O furto é classificado como crime material, exigindo resultado naturalístico (prejuízo patrimonial), enquanto a apropriação indébita é crime formal, consumando-se com a simples conduta, independentemente do efetivo prejuízo.
- e) A diferença central reside no fato de que, na apropriação indébita, a posse do objeto já é exercida legitimamente pelo agente no momento da conduta, e o dolo de se apropriar surge posteriormente (após a posse lícita), o que não ocorre no furto.

49. Mariana, servidora pública municipal ocupante de cargo efetivo na Secretaria de Saúde, tinha a posse, em razão do cargo, de um lote de medicamentos de alto custo destinados ao tratamento de doenças raras. Agindo com dolo, Mariana apropria-se dos medicamentos para, posteriormente, revendê-los e obter lucro próprio. Seu colega de trabalho, João, também servidor público, tinha conhecimento da conduta de Mariana, mas, por mera indulgência (sentimento de piedade ou complacência), deixa de levar o fato ao conhecimento da autoridade competente. Diante dos fatos narrados, assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com o Código Penal Brasileiro:

- a) Mariana comete o crime de apropriação indébita qualificada, e João comete o crime de prevaricação.
- b) Mariana comete o crime de peculato-desvio, e João comete o crime de prevaricação.
- c) Mariana comete o crime de peculato-apropriação, e João comete o crime de condescendência criminosa.
- d) Mariana comete o crime de furto qualificado, e João comete o crime de condescendência criminosa.
- e) Mariana comete o crime de peculato na modalidade culposa, e João comete o crime de omissão de socorro.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Renan Araujo*

50. Assinale a alternativa correta no que tange ao inquérito policial, à ação penal e ao acordo de não persecução penal:

- a) O inquérito policial, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- b) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que esta contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- c) Caso o membro do Ministério Público se manifeste pelo arquivamento do inquérito policial, a vítima terá legitimidade para ajuizar ação penal privada subsidiária.
- d) O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado não poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo.
- e) Nos crimes de ação penal privada, concedido o perdão, mediante declaração expressa nos autos, o querelado será intimado a dizer, dentro de três dias, se o aceita, devendo, ao mesmo tempo, ser cientificado de que o seu silêncio importará recusa.

51. Acerca do tema de provas, assinale a alternativa correta, considerando as disposições do CPP:

- a) Haverá prioridade na realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime doloso contra a vida ou no caso de crime hediondo ou equiparado.
- b) Em qualquer modalidade de interrogatório, o juiz garantirá ao réu o direito de entrevista prévia e reservada com o seu defensor; se realizado por videoconferência, fica também garantido o acesso a canais telefônicos reservados para comunicação entre o defensor que esteja no presídio e o advogado presente na sala de audiência do Fórum, e entre este e o preso.
- c) Havendo mais de um acusado, serão interrogados conjuntamente.
- d) Na cadeia de custódia, o procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, é denominado "armazenamento".
- e) São dispensadas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho.

52. Jocimar, reincidente em crime doloso, foi preso em flagrante por policiais militares da PMES logo após ter furtado o aparelho celular de um cliente numa pastelaria situada na praia do Morro, em Guarapari-ES, tendo sido conduzido à presença da autoridade policial pela suposta prática do crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa). Segundo o depoimento do condutor, após informada do fato criminoso, a Polícia iniciou imediata perseguição ao criminoso, ao final da qual ele foi capturado, logo após o crime, em situação que fazia presumir ser ele o autor do fato.

Nesse caso:

- a) deverá o delegado comunicar imediatamente a prisão apenas ao Juiz competente e ao Ministério Público, sendo dispensada a comunicação acerca do local em que o preso se encontra.
- b) Por se tratar de reincidente em crime doloso, será cabível a decretação de prisão preventiva pelo Juiz, de ofício ou a requerimento do MP ou por representação da autoridade policial.
- c) Trata-se de modalidade de flagrante doutrinariamente classificada como flagrante ficto ou presumido.
- d) A eventual falta de testemunhas da infração não impedirá a lavratura do auto de prisão em flagrante, desde que o APFD seja assinado também por duas pessoas que tenham presenciado a apresentação do preso à autoridade policial.
- e) A nota de culpa deverá ser entregue ao preso em até 24h, contendo o motivo da prisão, bem como o nome e a qualificação completa do condutor e das testemunhas.

53. Acerca dos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95), assinale a alternativa incorreta:

- a) Ao autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, podendo ser exigido o pagamento de fiança.

- b) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- c) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.
- d) consideram-se infrações de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes cuja pena máxima não exceda a 02 anos, cumulada ou não com multa.
- e) Homologado o acordo de composição civil dos danos em crime de ação penal pública condicionada à representação, isso implicará renúncia ao direito de representação.

LEG. PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL

Antônio Pequeno

54. De acordo com a Lei de Execução Penal (lei nº 7.210/1984), são órgão de execução penal, exceto:

- a) o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.
- b) o Juízo da Criminal.
- c) o Ministério Público.
- d) o Conselho Penitenciário.
- e) o Patronato.

55. Com relação à lei de Drogas (lei nº 11.343/2006), marque a alternativa correta

- a) O crime de tráfico pode ser praticado na forma culposa.
- b) O crime de porte de drogas para consumo próprio pode ser punido com a pena de detenção.
- c) O crime de associação para o tráfico é um crime monossujeito.
- d) Não tem crime culposos previsto na lei de Drogas.
- e) O tráfico privilegiado é uma causa de diminuição de pena.

56. Um policial penal foi condenado pela prática do crime de tortura (lei nº 9.455/1997), por isso terá como efeito da condenação:

- a) suspensão do cargo.
- b) disponibilidade do cargo
- c) interdição por 5 anos.
- d) perda do cargo de forma não automática.
- e) perda do cargo de forma automática e a interdição pelo dobro do prazo da pena aplicada.

57. Um policial penal, agindo com dolo e a finalidade específica de abusar, colocou uma presa na mesma cela de um preso. Com base nessa situação hipotética, este servidor praticou um crime de:

- a) constrangimento ilegal.
- b) tortura-castigo.
- c) tortura discriminatório
- d) abuso de autoridade.
- e) violência institucional.

58. Com base na Lei de Organização Criminosa (lei nº 12.850/2013), marque a alternativa correta:

- a) As lideranças de organizações criminosas armadas ou que tenham armas à disposição deverão iniciar o cumprimento da pena em estabelecimentos penais de segurança máxima.
- b) A ação controlada requer prévia decisão judicial autorizando.
- c) A colaboração premiada não pode ser realizada na fase da execução penal.
- d) O condenado expressamente em sentença por integrar organização criminosa ou por crime praticado por meio de organização criminosa poderá progredir de regime de cumprimento de pena ou obter livramento condicional ou outros benefícios prisionais se houver elementos probatórios que indiquem a manutenção do vínculo associativo depois de cumprir 2/3 da pena.

- e) O colaborador pode fechar o acordo de colaboração premiada com o Ministério Público sem a presença do advogado.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA PENAL DO ESTADO

Antônio Pequeno

59. De acordo com a Lei Estadual do Espírito do Santo nº 1.059/2023, quanto à jornada de trabalho do policial penal marque a alternativa incorreta:

- a) Fica estabelecida a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para o cargo de Policial Penal, e de seu ocupante exigir-se-á dedicação integral ao serviço.
- b) A jornada de trabalho do Policial Penal será executada sob o regime diário, que exigirá o cumprimento de 8 (oito) horas diárias
- c) A jornada de trabalho do Policial Penal será executada sob o regime de plantão, que exigirá o cumprimento de 168 (cento e sessenta e oito) horas mensais.
- d) O regime de plantão, dividido em escala de 24x96 h (vinte e quatro por noventa e seis horas), será empregado em funções de natureza essencial, atendidas em turnos ininterruptos de revezamento e que não admitam paralisação, especialmente a guarda e vigilância de presos do sistema penitenciário.
- e) O regime diário será empregado quando as atribuições exercidas pelos Policiais Penais exigirem ou tornarem conveniente seu comparecimento sequencial no horário de expediente definido pelo Poder Executivo Estadual.

60. De acordo com a Lei Estadual nº 1.061/2023 que Cria, no âmbito do Poder Executivo, como órgão de segurança pública, a Polícia Penal do Espírito Santo – PPES, marque a alternativa que não traga um símbolo institucional da Polícia Penal do Espírito do Santo:

- a) o hino.
 - b) a bandeira.
 - c) o brasão.
 - d) o distintivo.
 - e) as armas
-

Discursiva

TEXTO 1

A expansão do crime organizado no Brasil tem revelado um cenário complexo em que facções criminosas, milícias e redes ilícitas ampliam seu domínio territorial e econômico. Em diversas regiões metropolitanas, grupos armados impõem regras próprias, controlam serviços clandestinos, exploram populações vulneráveis e estabelecem redes de corrupção que atravessam instituições públicas. Esse fenômeno ocorre em paralelo à ausência estatal em áreas onde políticas de segurança, saúde, educação e infraestrutura chegam de forma tardia ou insuficiente. Nesse contexto, observa-se uma disputa desigual pela autoridade, em que o Estado enfrenta dificuldades para manter o monopólio legítimo da força e para garantir direitos fundamentais aos cidadãos residentes nesses territórios.

Fonte: Relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024)

TEXTO 2

Nos últimos anos, investigações federais e estaduais apontaram a crescente capacidade das organizações criminosas de articular operações sofisticadas, tanto no plano territorial quanto no digital. O avanço de atividades como tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, extorsão e contrabando revela estruturas empresariais paralelas que movimentam bilhões de reais e comprometem a economia formal. Além disso, as facções têm se aproveitado da fragilidade do sistema prisional para expandir sua influência, recrutando novos integrantes e coordenando crimes de dentro das próprias unidades. Tal dinâmica evidencia que o enfrentamento ao crime organizado exige estratégias que combinem repressão qualificada e fortalecimento das políticas sociais.

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública – Relatório de Inteligência (2023)

TEXTO 3

A presença do crime organizado afeta diretamente a distribuição de oportunidades e aprofunda desigualdades sociais. Em comunidades marcadas por vulnerabilidade econômica, a ausência de serviços públicos eficazes cria um ambiente propício para que organizações criminosas ofereçam renda, proteção e resolução informal de conflitos. Embora ilegítimas, tais práticas acabam por substituir parcialmente funções estatais, contribuindo para a erosão da confiança nas instituições públicas e para o aumento da violência estrutural. Esse contexto reforça a necessidade de compreender o crime organizado não apenas como um problema de segurança, mas também como um fenômeno social que desafia a construção de justiça e cidadania.

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2024).

Com base no contexto apresentado nos textos motivadores acima, redija um texto dissertativo-argumentativo que responda ao seguinte questionamento: **“Como o avanço do crime organizado desafia a capacidade do Estado brasileiro de garantir segurança pública e justiça social?”**

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
